

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3380/2018-PGJ, DE 4.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 16.4.2017, e nos períodos de 21 a 28.7.2017 e 28.7 a 4.8.2017, a serem usufruídos no período 15 a 19.10.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3381/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 4ª Procuradoria de Justiça, no período de 15 a 19.10.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3395/2018-PGJ, DE 5.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar o Procurador de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 2114/2018-PGJ, de 20.6.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Procuradores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2018:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	P.A.	1º PERÍODO	2º PERÍODO	PERÍODO DE CONVERSÃO
Alexandre Lima Raslan	2016/2017	3 a 19.12.2018		23.11 a 2.12.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3402/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias individuais da Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídos no período de 5.11 a 4.12.2018, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3902/2016).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3373/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e XLII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a Lei nº 510/2018, de 4.12.2009, que institui feriado nas repartições públicas municipais da cidade de Anaurilândia, no dia 8 de outubro de 2018, em comemoração ao dia do Padre São João Calábria;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos nº 066.113.0010/2018, da Secretaria do Conselho Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul,

R E S O L V E:

Art. 1º Transferir o feriado municipal do dia 8 de outubro (segunda-feira) para o dia 10 de outubro (quarta-feira), não havendo expediente na Promotoria de Justiça de Anaurilândia.

Art. 2º Haverá expediente normal no dia 8 de outubro de 2018, em virtude da transferência do feriado municipal para a data de 10 de outubro de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3375/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, a serem usufruídos no período de 8 a 10.10.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3378/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá, nos dias 9 e 10.10.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no período de 15 a 21.10.2018, em razão de férias do titular Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3379/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, Oscar de Almeida Bessa Filho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 15 a 19.10.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3382/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 24, 25, 26 e 27.6.2016, a serem usufruídos nos dias 10.10 e 17, 18 e 19.12.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3383/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 60º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande, Luiz Antonio Freitas de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª e 7ª Promotorias de Justiça da referida Comarca, no dia 10.10.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3385/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 27.9.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3386/2018-PGJ, DE 5.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 4 a 11.12.2017, a serem usufruídos nos dias 22 e 23.10.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3387/2018-PGJ, DE 5.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 5 a 12.2.2018, a serem usufruídos nos dias 8, 9 e 10.10.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3388/2018-PGJ, DE 5.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 2 a 9.10.2017, a ser usufruído no dia 1º.11.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3389/2018-PGJ, DE 5.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar o Promotor de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2018:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adriano Lobo Viana de Resende				8 a 17.10.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3390/2018-PGJ, DE 5.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 15 a 24.10.2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3392/2018-PGJ, DE 5.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 4ª Promotora de Justiça de Ponta Porã, Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida comarca, no período de 15 a 24.10.2018, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3393/2018-PGJ, DE 5.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça aposentada Neide Câmara Martins a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte e a redução do cálculo de contribuição para o Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, MSPREV, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22.12.1988, e inciso V do artigo 20 da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (Processo PGJ/10/2898/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3394/2018-PGJ, DE 5.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Thiago Bonfatti Martins, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar perante a 40ª Zona Eleitoral, no dia 7 de outubro de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3396/2018-PGJ, DE 5.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 9º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, a partir de 13.10.2018, pelo período de 1 (um) ano.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3400/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar perante a 44ª Zona Eleitoral, no dia 7 de outubro de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3401/2018-PGJ, DE 8.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 57ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Daniela Cristina Guiotti, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar nas audiências de custódia da referida Comarca, no dia 15.10.2018, nos termos do § 2º do artigo 1º da Resolução nº 033/2015-PGJ, de 16.10.2015, alterada pela Resolução nº 006/2016-PGJ, de 30.5.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3358/2018-PGJ, DE 3.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pedro Borges de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Cassilândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 15 a 24.10.2018 e nos dias 25 e 26.10.2018, em razão de férias e licença compensatória referente a abono por doação de sangue do servidor Diego Vinícius Queiroz Silva.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3367/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.10.2018, em razão de férias do servidor Epsom Xavier Pereira.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3368/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão Cível e Especializada da referida Comarca, no período de 8 a 17.10.2018, em razão de férias do servidor Epsom Xavier Pereira.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3369/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cecília Soares de Paiva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC2, símbolo MPFC-302, nos dias 20 e 21.9.2018 e no período de 24.9 a 3.10.2018, em razão de licença compensatória referente a banco de horas e férias do servidor Rogério Cintra Pereira Neves.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3370/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Denis Clebson da Cruz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Mundo Novo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º a 10.10.2018, em razão de férias da servidora Alexandra Secco de Almeida Silva.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3371/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gustavo Rocha Lobato, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Projetos e Serviços de Tecnologia da Informação, no período de 5 a 14.11.2018, em razão de férias do titular, Diego Servulho da Silva Maluf Ferreira.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3372/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana França, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Compras, nos dias 5, 8, 9 e 10.10.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Vivian Severino da Silva Ribeiro.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3376/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder a servidora Suellen Ribeiro Dias, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 28.9.2018, em prorrogação, nos termos do inciso II do artigo 130, e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre a perícia médica oficial do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3377/2018-PGJ, DE 4.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Alyne Chaves Cruz, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4.10 a 2.12.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2018.

7. Processos das Comissões Permanentes:**7.1 Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002927-5.**

Requerente: Ministério Público Estadual.

Assunto: Regulamenta o recebimento das comunicações a que se refere o art. 13 da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, bem como seu atendimento pelas Promotorias de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: o Colégio, por unanimidade, aprovou.

7.2 Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003951-8.

Requerentes: 4º e 6º Promotores de Justiça da comarca de Corumbá-MS.

Assunto: Alteração das atribuições das 4ª e 6ª Promotorias de Justiça da Comarca de Corumbá-MS.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: o Colégio, por unanimidade, aprovou, com a redação proposta pelo Procurador-Geral de Justiça.

7.3 Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003192-6.

Requerente: Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Assunto: Analisar necessidade de eventual alinhamento da Resolução nº 002/2015/CPJ à Resolução CNMP nº 20/2007, alterada pela Resolução CNMP nº 121/2015.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: o Colégio, por unanimidade, aprovou.

8. Assuntos Institucionais:

8.1 Deferir ao Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva, 5 (cinco) dias de férias remanescentes, de 23 a 27.7.2018. referentes ao período aquisitivo de 1997/1998.

Deliberação: o Colégio, por unanimidade, deferiu.

Campo Grande, 5 de outubro de 2018

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

ESCOLA SUPERIOR**AVISO Nº 021/2018-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, CONVOCA os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2018-GED, de 02 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1788, de 03 de agosto de 2018, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados nos itens 11 e 13, capítulo X do Edital n.º 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no Item 2 desse Aviso.

1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE BATAGUASSU

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, Avenida Dias Barros, 350 - Centro, Bataguassu-MS

BACHAREL EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.10.2019	09h30min	DANIELE KAROLINE DE SOUZAS GONÇALVES	4º

1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE BRASILÂNDIA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, Rua Raimundo Assis de Alencar, 1075, Centro – Brasilândia – MS.

BACHAREL EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.10.2019	09h30min	DANIELLE PRISCILA BERNARDO DA SILVA	1º

1.3 CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

BACHAREL EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.10.2019	09h	EZEQUIEL ANTONIO DA COSTA	8º
18.10.2019	09h30min	GABRIELLI DA SILVA AMARAL	9º
18.10.2019	09h30min	ARIANE PAVAN	10º
18.10.2018	10h	VINÍCIUS MESQUITA CORRÊA DE FREITAS	11º

1.4 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE COXIM

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Av. Marcio Lima Nantes, 105 - Vila São Salvador – Coxim – MS.

BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.10.2019	09h30min	MARCELO MONTAGNER DAL BEM	6º

1.5 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE NOVA ALVORADA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado R. Marcelino Ridsen, 1040, Centro de Nova alvorada do Sul.

BACHAREL EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.10.2019	09h30min	SAMUEL LUIS VEROLEZ	2º

1.6 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na R. Elviro Márcio Mancine, 860, centro – Três Lagoas – MS.

BACHAREL EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.10.2019	09h30min	AMANDA TARELHO GONÇALVES	1º

2.RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1 Para admissão, o candidato Bacharel em Direito de Nível Superior/Pós-Graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino em curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

2.2. Para admissão, o candidato de Nível Superior/Graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e data prevista para conclusão do curso (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
6.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
7.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
8.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
10.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Cumpra observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2018-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até o GED/MPMS (Gestão de Estagiários de Direito), sito na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande - MS.

Campo Grande, 08 de outubro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**AVISO DE PRORROGAÇÃO Nº 009/2018**

O Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve, nos termos do art. 30, § 3º, da Resolução n. 15/2010-PGJ, prorrogar pelo período de mais 1 (um) ano, o Processo Seletivo Simplificado de Seleção de Estagiários de Ensino Médio e Superior das Promotorias de Justiça de Dourados, objeto do Edital n. 001/2017/PJ DE DOURADOS, publicado no DOMP-MS nº. 1.545, de 14 de julho de 2017, p. 8/15 (Processo PGJ/10/2136/2017).

Campo Grande, 5 de outubro de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE004841 DE 03.10.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3642/2018.**

Credor: COMERCIAL MISSÕES LTDA - ME

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 49/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 13/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de água Mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: POR DO SOL (lote 1 – item 1); água Mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em embalagem transparente (garrafa descartável) com no mínimo 500 ml. Pacote com 12 unidades. Marca: POR DO SOL (lote 1 – item 2); água Mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (descartável) de 5 litros. Marca: POR DO SOL (lote 1 – item 2).

Valor: R\$ 10.945,00 (dez mil, novecentos e quarenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004841 de 03.10.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE004845 DE 03.10.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3644/2018.

Credor: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 02/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 02/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de açúcar refinado, branco, mistura homogênea, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem de polipropileno transparente ou leitosa contendo 1kg, com especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Da Barra (item 1).

Valor: R\$ 2.124,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004845 de 03.10.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 006/2018/PA.**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00002988-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Águas Guarairoba S/A.

Assunto: Fiscalização e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos de Inquérito Civil n. 36/2015.

Campo Grande, 02 de outubro de 2018.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**AMAMBAI****EDITAL Nº 005/2018/01PJ/AMB.**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002912-4, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailier, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00002912-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coronel Sapucaia.

Objeto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo Chefe do Poder Executivo de Coronel Sapucaia/MS em razão de violação a princípios da Administração Pública por contratação de pessoal para ocupar cargo comissionado destinado a serviços não caracterizadores de funções de chefia, direção e assessoramento.

Amambai/MS, 05 de outubro de 2018.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0087/2018/02PJ/AMB.

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailier, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002900-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Amambai.

Objeto: Apurar notícia de eventual falha ou falta no serviço público de saúde, na aplicação de políticas públicas para implantação do planejamento familiar no município de Amambai/MS. (IC 07/2016).

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 07/2016/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 05 de outubro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0088/2018/02PJ/AMB.

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002901-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Clodoaldo França - ME, FABRICA DE BANQUETAS E COM. FERREIRA EIRELI - ME

Objeto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental provocada por empresas do comércio irregular de produtos de madeira instaladas no município de Coronel Sapucaia/MS. (IC 15/2013).

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 15/2013/2ªPJ Amb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 05 de outubro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

ORDEM DE SERVIÇO Nº 0004/2018/02PJ/AMB

Procedimento
Administrativo: 09.2018.00003256-2

Órgão: 2ª Promotoria de Justiça de Amambai

Objeto: Expedir ordem de serviço visando estabelecer as diretrizes de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça Amambai (MS)

Estabelece as diretrizes de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai (MS).

O titular da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai (MS), Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que faz uso regular do Sistema SAJ-MP, o qual confere maior celeridade e organização ao trâmite dos procedimentos judiciais e extrajudiciais sob responsabilidade do Ministério Público;

CONSIDERANDO a Resolução 14/2017-CPJ (Regulamenta a tramitação dos procedimentos judiciais e extrajudiciais eletrônicos no âmbito do MPMS), com raio de incidência definido no seu art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º [...] Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta resolução aos inquéritos civis, procedimentos preparatórios, procedimentos de investigação criminal, procedimentos administrativos, notícias de fato e demais procedimentos extrajudiciais em tramitação no âmbito do Ministério Público nos termos desta resolução, aos processos judiciais em que oficia o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, bem como aos registros de protocolo e de atendimento ao público;

CONSIDERANDO que o art. 19 da Resolução 14/2017-CPJ (Regulamenta a tramitação dos procedimentos judiciais e extrajudiciais eletrônicos no âmbito do MPMS) já estabelece a atribuição do Apoio para alguns atos ordinatórios, sem necessidade de delegação:

Art. 19. Os documentos que veiculem respostas, recursos, manifestações e outras categorias de petição entregues ao Ministério Público em formato físico serão digitalizados e juntados aos autos de processo judicial ou extrajudicial eletrônico pelos órgãos de apoio das Promotorias e Procuradorias de Justiça; (grifo nosso)

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 22 da Resolução 14/2017-CPJ (Regulamenta a tramitação dos procedimentos judiciais e extrajudiciais eletrônicos no âmbito do MPMS):

Art. 22. Os avisos de recebimento assinados pelo recebedor das comunicações feitas pelo correio deverão ser digitalizados e os respectivos arquivos juntados aos autos eletrônicos, preservando-se as vias físicas pelo prazo legal.

CONSIDERANDO que a delegação da prática de atos meramente ordinatórios aos órgãos de apoio

administrativo, nos procedimentos internos da Promotoria de Justiça, é medida salutar para gestão interna e significa economia de tempo para o órgão de execução;

CONSIDERANDO que, por meio da Emenda Constitucional 45/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, visando torná-lo mais célere, foi inserido, no art. 93, o inciso XIV, com a seguinte redação: “os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório”;

CONSIDERANDO que o preceito acima mencionado aplica-se ao Ministério Público brasileiro, por força da simetria estabelecida nos termos do art. 129, § 4º da Constituição da República;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil, cuja redação é a seguinte: “*Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário*”.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 21 da Resolução 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), cuja redação é a seguinte: “*O presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa*”;

CONSIDERANDO que há, portanto, norma interna que autoriza aos órgãos de execução a delegar aos órgãos de apoio administrativo a prática de atos meramente ordinatórios nos procedimentos de responsabilidade do Ministério Público, o que está em harmonia com os preceitos constitucionais vigentes;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução 2/2001-PGJ (Normatiza a denominação dos atos expedidos pelos órgãos do Ministério Público):

Art. 1º Os atos da administração do Ministério Público deverão obedecer à seguinte classificação: [...]

e) **Ordem de Serviço**, o ato praticado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos demais órgãos de administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e auxiliares (Centros de Apoio, Comissão de Concurso, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e órgãos de apoio administrativo), quando **dirigido a funcionários do quadro de serviços auxiliares, com a finalidade de** determinar serviços específicos ou **criar normas gerais de caráter interno**, prescrevendo o modo de atuação dos subordinados em relação a determinado serviço, respeitadas as resoluções dos órgãos de Administração Superior; (grifo nosso)

CONSIDERANDO ser imprescindível a simplificação das formas do processo diante da nova realidade e ideologia do processo, com registros e estrutura interna segura;

CONSIDERANDO a aplicação analógica dos arts. 152, I, e 250, VI, do Código de Processo Civil que autorizam, no âmbito do processo judicial, o escrivão ou chefe de secretaria a firmar alguns atos de comunicação do Poder Judiciário, tendo em vista que a desburocratização (com a retirada, do órgão de execução, da prática de atos de mero expediente) permite economia de tempo para a análise de questões fáticas e jurídicas mais relevantes para a preservação do interesse público e de decisões próprias do órgão de execução, permitindo-se a delegação ao servidor (Assessor/Técnico) a atribuição para redigir, assinar e expedir os seguintes atos de mera comunicação às partes que não possuem caráter requisitório ou decisório nos seguintes casos: I - ofícios ou cartas, impressas ou eletrônicas, informando a comunicação de arquivamento de procedimentos; II - ofícios respondendo a convites; III - convites para comparecimento na Promotoria de Justiça; IV - mensagens eletrônicas em resposta a requisições dos órgãos internos do MPMS.

RESOLVE:

Art. 1º O recebimento de documentos far-se-á, obrigatoriamente, (i) mediante cadastro de protocolo do sistema SAJ-MP; (ii) aposição da etiqueta/carimbo de identificação com o número do protocolo na via física, se houver; (iii) conferência dos documentos encaminhados, incluindo anexos; (iv) digitalização dos documentos e liberação nos autos digitais do MP.

Art. 2º Delega-se aos servidores de apoio lotados nesta Promotoria de Justiça a prática dos seguintes atos, sob a responsabilidade destes, independentemente de despacho:

I - juntada, nos autos de Inquéritos Cíveis, Procedimentos Preparatórios, Procedimentos Administrativos, Notícias de Fatos e Procedimentos de Investigação Criminal, Cartas Precatórias, dentre outros procedimentos ou registros

extrajudiciais, de documentos encaminhados pelas partes, interessados ou órgãos públicos, para a instrução dos feitos ou em resposta;

II - caso o documento recebido na Promotoria de Justiça se refira a mais de um procedimento em trâmite, o Apoio deverá reproduzi-lo e promover a juntada em todos os autos;

III - realizada a juntada, os documentos físicos deverão remanescer arquivados, atendendo-se à política de gestão de documentos;

IV - após a realização de juntada, os autos devem ser conclusos, alocando-o na fila "Ag. Análise do Promotor", do SAJ-MP.

V - ao servidor (Assessor/Técnico) responsável pelo serviço de apoio, redigir, expedir e assinar os seguintes atos de mera comunicação às partes que não possuem caráter requisitório ou decisório, consignando-se que o faz por determinação/ordem do Promotor de Justiça:

- a) ofícios ou cartas, impressas ou eletrônicas, informando a comunicação de arquivamento de procedimentos;
- b) ofícios respondendo a convites;
- c) convites para comparecimento na Promotoria de Justiça;
- d) mensagens eletrônicas em resposta a requisições dos órgãos internos do MPMS.

Art. 3º O fluxo de trabalho na Promotoria de Justiça deverá obedecer o previsto neste dispositivo.

§ 1º Compete ao Apoio da Promotoria de Justiça, independente da fila que o procedimento estiver, o controle dos prazos de conclusão de procedimentos, bem como o controle do atendimento ou não dos expedientes encaminhados.

§ 2º A conclusão, remessa e recebimento, far-se-á por meio do sistema SAJ, com os registros a ele inerentes.

§ 3º Far-se-á a conclusão dos autos (fila Ag. Análise Promotor) nas seguintes hipóteses:

I - juntada de documentos novos;

II - em atendimento à determinação;

III - expirado o prazo de ofícios, diligências, notificações, ordens de serviço ou qualquer outra providência determinada;

IV - data agendada para comparecimento de pessoas, certificando-se a hipótese de não comparecimento;

V - finalização da edição de documentos (ofícios, notificações, minutas etc.) em atendimento à determinação ou despacho para assinatura do Promotor de Justiça;

§ 3º A fila "Ag. Cumprimento" é destinada ao cumprimento das determinações ou providências do procedimento. O Técnico ou Assessor apenas poderá mover para a fila pertinente após conferir se houve cumprimento dos despachos dos autos ou providências faltantes.

Art. 4º Deve-se promover a juntada dos comprovantes de entrega dos ofícios, notificações, ordens de serviço e demais documentos expedidos pela Promotoria de Justiça comprovando o recebimento, na categoria "Ofício com recibo", preferencialmente, salvo se houver outra mais adequada.

Art. 5º O servidor (Assessor/Técnico) deverá, após registrar no protocolo os convites e outros documentos meramente informativos (datas festivas, calendários, cópias de arrestos), deverá apresentá-los para despacho.

Parágrafo único. O servidor (Assessor/Técnico) deverá arquivar e finalizar os protocolos (dar baixa), no sistema SAJ-MP, os convites e outros documentos meramente informativos, após terem sido manualmente despachados.

Assim, determino:

→ Publique-se no DOMPMS.

→ Fixe-se cópia no quadro de avisos desta na Promotoria de Justiça.

→ Encaminhem-se cópias, via e-mail, ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral, para conhecimento.

Amambai, 04 de outubro de 2018

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 016/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002975-3, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002975-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: José Cândido Domingos.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: José Cândido Domingos.

Costa Rica/MS, 5 de outubro de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 017/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002984-2, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002984-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Reinaldo Agulhon

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: Reinaldo Agulhon.

Costa Rica/MS, 5 de outubro de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 018/MPE/2ªPJCR/2018.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do PA n. 09.2017.00002845-4, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo: 09.2017.00002845-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Costa Rica.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre este Órgão Ministerial e o requerido: Município de Costa Rica.

Costa Rica/MS, 5 de outubro de 2018.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANGÉLICA

EDITAL Nº 22/2018/PJ/AIC.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002678-2.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Detran de Angélica/MS.

Assunto: Apurar como são guardadas e descartadas as placas de identificação dos veículos que se encontram sob os cuidados do DETRAN de Angélica/MS.

Angélica/MS, 4 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

DEODÁPOLIS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00001054-6

(fazer referência a este número na resposta)

NOTIFICAÇÃO 0132/2018/PJ/DPS

O MINISTÉRIO PÚBLICO, pelo Promotor de Justiça signatário, nos termos do art. 129, VI, da CF/88; do art. 26, I, “a”, da Lei nº 8.625/93; e, do art. 27, I, “a”, da LC nº 072/94, NOTIFICA o(a) Senhor(a) JOSÉ PEREIRA DE ARAÚJO, nascido em 11/02/1946, filho de Rosa Pereira de Araújo, residente na Rua João Nicolau dos Santos, nº 126, Bairro Centro, Deodápolis/MS, ou onde for encontrado(a), cientificando-lhe da Promoção de Arquivamento extraída do processo acima indicado (cópia anexa), para que, querendo, interponha recurso no prazo de 10 (dez) dias, conforme preceitua o art. 13 da Resolução nº 174/2017/CNMP¹.

Deodápolis/MS, 17 de setembro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.

¹ Art. 13. No caso de procedimento administrativo relativo a direitos individuais indisponíveis, previsto no inciso III do art. 8º, o noticiante será cientificado da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º A cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico.

§ 2º A cientificação é facultativa no caso de o procedimento administrativo ter sido instaurado em face de dever de ofício.

§ 3º O recurso será protocolado na secretaria do órgão que arquivou o procedimento e juntado aos respectivos autos extrajudiciais, que deverão ser remetidos, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, para apreciação, caso não haja reconsideração.

§ 4º Não havendo recurso, os autos serão arquivados no órgão que a apreciou, registrando-se no sistema respectivo.